

# A Casa dos Expostos: discursos e práticas de assistência à infância na província do Maranhão (1830-1870)

Rosyane de Moraes Martins Dutra\*

## Introdução

Na história da educação das crianças no Maranhão, os discursos evidenciaram a abordagem sobre a infância nas práticas institucionais do oitocentos. Em um tempo marcado por mudanças políticas e por crises econômicas, a sociedade maranhense vivia a intensidade de alguns grupos, como famílias herdeiras de grandes fortunas, posicionadas sobre um patriarcado manipulador das instituições, e uma grande parcela populacional entregue às piores condições de vida. Desse modo, a *Ilha de Upaon-Açu* construía no século XIX suas marcas na história da Província: monumentos e discursos.

Sob os olhares dos estrangeiros, São Luís exuberava seus casarios, onde os viajantes se inspiravam. Médicos, antropólogos, e poetas sempre tiveram algo a manifestar daquele céu estrelado, daquela terra de gente aguerrida. Eram relatos, documentos e anúncios que retratavam as relações de poder, no projeto de civilização dos *corpos proibidos*. Mulheres, escravos, indígenas, mestiços e crianças eram os principais excluídos do pensamento elitista e discriminatório do período oitocentista, pois aqueles grupos eram confinados em instituições apresentadas como assistenciais.

A história das crianças, especialmente, merece atenção historiográfica por fornecer dados sobre as infâncias e as formas como foram concebidas pelas sociedades provinciais, pois “a criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho

---

\* Professora do Departamento de Educação I (UFMA). Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Paulo na Linha de Pesquisa Educação, Estado e Trabalho. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Infância e Brincadeiras - GEPIB/UFMA e integrante do Grupo de Pesquisas em Avaliação de Políticas Educacionais (GPAPE/UNIFESP). É membro do Grupo de Trabalho História da Infância e Juventude (ANPUH-BR) e da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

E-mail: rosyane.martins@gmail.com

social, de competência administrativa do Estado” (RIZZINI, 2011, p. 23) Na Província do Maranhão, entre os anos 1830 e 1890, o interesse pela institucionalização das crianças *desvalidas* intensificou-se no pós-independência, com as revoltas populares contra a monarquia e com o poderio das oligarquias que, em alianças com a Igreja, desenhavam o modelo desejado de sociedade. Por meio das regulamentações provinciais e dos discursos, tentavam estancar a regeneração moral moldando a infância em sistemas que as recolham das mãos das famílias e as conformavam no interior das instituições.

O objetivo dessa análise documental se insere no âmbito de uma pesquisa em andamento sobre instituições de educação da infância no Maranhão, com vistas a identificar os discursos civilizatórios e assistenciais presentes em jornais, relatórios de inspeção, ofícios de Mordomia, e no sistema de Roda dos Expostos, que indicavam os interesses políticos de controle e disciplinamento das crianças enjeitadas, expostas (termos bastante encontrados nas fontes documentais). Para isso, utilizar-se-á um corpus documental específico encontrado no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), produzido no âmbito de uma instituição de caridade: a Irmandade da Santa Casa do Maranhão, que administrou a Roda dos Expostos no Estado entre 1829 e 1940. O recorte temporal de 1830 a 1870 foi escolhido devido a quantidade de fontes sobre o enjeitamento de crianças no período oitocentista e que exigiu ampliar a duração para uma coleta mais completa.

Nesse sentido, este artigo contempla uma seção introdutória com elementos e objetivos escolhidos para a análise, seguida por duas seções que serão abordadas em sequência: o contexto da província e o fenômeno do abandono de crianças com as práticas assistenciais através do sistema de Roda dos Expostos.

## **O Maranhão e os discursos pós-independência: “demo-nos pressa à educação da mocidade”**

A Província do Maranhão, após o episódio de adesão à independência em 28 de julho de 1823, vivia tensões políticas e conflitos rurais que representavam discordâncias e concordâncias para com o regime monárquico. A imprensa, agitada com os debates políticos, emitia inúmeros folhetos impressos nas principais tipografias da cidade e publicados nos jornais de grande circulação. Em paralelo a essa movimentação literária, homens eram condecorados com nomeações a altos cargos políticos, como o governo da Província. Nesse sentido, “[...] a escolha de Pedro José da Costa Barros para substituir Miguel Bruce à frente do governo do Maranhão, no início de 1825, expressava a preocupação imperial com as agitações da província” (GALVES, 2009, p. 33).

O citado presidente da Província, Pedro José da Costa Barros (1825-1828), político e militar português, que acabara de cumprir seu mandato como presidente da província no Ceará, fora requisitado para assumir a presidência no Maranhão pela Corte Imperial. Era preciso controlar a situação conflituosa e manter o projeto de adequação da província aos regulamentos, pois desde 1780 houve um acentuado crescimento econômico no Maranhão graças à Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Em outubro de 1825, chegou a esta Cidade o Tratado de Reconhecimento deste Império, sua Independência pelo Reino de Portugal e Algarves, publicado na Corte do Rio de Janeiro em 29 de Agosto do mesmo anno, e ratificado por S. M.I. no dia imediato; na presença desta interessante noticia, o Ilustrissimo e Excellentissimo Sr. Pedro Joze da Costa Barros, abraçando de um golpe de vista, e com a penetração, que lhe he própria, os interesses, e a gloria que se seguia no Brasil (A FIDELIDADE MARANHENSE, 1826, p. 7).

No governo de Pedro José da Costa Barros, ocorreu a fundação da Roda dos Expostos<sup>1</sup>, instituição que utilizava um artefato de madeira nas janelas para recolhimento de bebês abandonados por suas mães, prática comum não apenas no Maranhão, mas em todo o país. A primeira criança exposta na Roda foi deixada na noite de 27 de abril de 1829. A população desvalida das grandes cidades recorria e era incentivada a abandonar as crianças nascidas livres em instituições de cunho caritativo e filantrópico.

Essa realidade foi impulsionada no período pós-independência no qual revoltas rurais contra os desmandos da política oligárquica e a escravidão se estabeleceram na província durante anos, o que acarretou mudanças na vida da população no início daquele século.

A revolta denominada Balaiada desordenou o interior, prejudicando a economia algodoeira com fugas de escravos e sobressaltou os habitantes da capital. A revolta, entre 1838 e 1841, se estendeu pelo vale do Itapecuru, grande parte da Baixada Oriental e do sertão, mobilizando onze mil homens, dos quais três mil escravos fugidos. A lavoura em estado desolador e outros setores em grande desarranjo tiveram como consequência a paralisação de imprescindíveis projetos de urbanização causada pela consternação e desânimo (LACROIX, 2020, p. 153).

---

<sup>1</sup> Fundada em 1827, inaugurada em 1 de dezembro de 1828, funcionou com a entrada do primeiro exposto em 1829. O sistema de Roda dos Expostos fora implementado no Brasil desde a Colônia, e era uma política assistencial para bebês abandonados defendida pela caridade cristã, a fim de salvá-los do infanticídio. As crianças eram deixadas em rodas instaladas nos muros das instituições religiosas ou de saúde nas cidades para recolhimento, batismo e educação religiosa.

Restaurar a imagem de prestígio da Província exigiria um intenso movimento, dos discursos aos monumentos, para revitalização do espaço urbano e homogeneização populacional. Em busca de uma identidade que transplantava ideias e discursos civilizatórios, principalmente franceses, uma vez que Lacroix (2002, p. 54) menciona São Luís como “[...] a mais erudita, elegante e hospitaleira cidade brasileira”, a sociedade maranhense convergia para o cenário da modernidade, almejada pelo Governo Imperial, que desencadearam, portanto, iniciativas de inserção da Província nas primeiras políticas de institucionalização da assistência pública, como a criação de novos hospitais, instituições educativas, religiosas e de policiamento.

O considerado crescimento urbano ofertou espaços e serviços aos moradores, bem como o aparecimento de novas instituições, com grandiosas construções, como: a Biblioteca Pública, o Liceu Maranhense, o Cemitério do Gavião, o Palácio do Governo Municipal, a Santa Casa da Misericórdia, a Catedral da Sé, além de livrarias, tipografias, bancos, colégios, hospitais, etc. Nos jornais e periódicos da capital, os anúncios de um novo tempo foram registrados nas primeiras páginas:

No século XIX em que o Anjo do Senhor embocando a sonora tuba fez soar por todo o universo a palavra – progresso – cujo echo, ainda mais forte e maravilhoso que o dos sacerdotes e do povo em roda dos muros de Jerichó, rasgou o negro véo das trevas, despertou do lethárgico somno em que vivião nações inteiras, que há tantos séculos dormião nos amortecidos braços da mais crassa e supina ignorância, substituiu o desalento e a inarção pelo entusiasmo e amor das letras, fez desaparecer o maldito prejuízo, que o homem d’alta linhagem deveria desprezar totalmente a cultura da inteligência, transformou o mundo, que, como as mattas virgens onde não penetrão os dardejantes raios de sol e da lua, permanecia envolto nos densos horrores da escuridão (A ESTRELA DA TARDE, 1857, p. 1).

Os enunciados comuns presentes em todos os impressos que circulavam pela capital, naquela época, carregavam intenções controversas, mas com desejos semelhantes: era preciso reinventar o Maranhão, com civilidade e educação do povo. Os discursos aqui, vistos como monumentos, foram analisados não de forma acabada, pois os enunciados agrupados da mesma forma em documentos e falas repetitivas precisam ser desalojados e desvinculados para uma análise histórica (FOUCAULT, 1996). Parte-se da imprensa periódica que fazia circular na cidade os desejos, anseios e esperanças de um povo que era manipulado pelo discurso de uma nova geração para o norte brasileiro.

A respeito de instrução, podemos aventurar, sem receio de fallar a verdade, que à exceção do litoral, das províncias maiores para onde o comercio externo

há trazido algumas luzes, onde existem escolas, e, o restante do povo, que mormente, os do interior, jazem em um estado tão grosseiro, butal e motesinho, que apenas se extrema da vida nomada dos selvagens (O INVESTIGADOR MARANHENSE, 1836, p. 1).

A instrução se apresentava como o caminho para a tão anunciada civilização do povo maranhense, e que precisaria ser institucionalizada para atender aos interesses dos administradores. Considera-se que além da monumentalidade dos discursos e dos edifícios que ornamentavam a cidade, alianças entre o Estado e a Igreja acordavam sobre práticas higienistas e disciplinadoras dos sujeitos. Na Lei nº 14, de 15 de março de 1835, o Presidente da Província, Antonio Pedro da Costa Ferreira, sancionava o orçamento para o ano corrente, enfatizando os serviços de assistência que deveriam ser priorizados:

Art. 6º Saude publica: vacina; Lazaros [...] Art. 7º Catechese e civilização dos Indios; [...] Art. 9º Guarda Policial Urbana [...] Art. 11º Administração Ecclesiastica: cathedral [...]; fabrica [...] Recolhimento de N. S. da Anunciação e Remedios (COLLECÇÃO DE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO, 1835, p. 33-34).

Entre legislações e impressos, instituições como casas, reformatórios, asilos, hospitais de caridade e prisões foram criados para o *adestramento* dos sujeitos, confinando-os e educando-os pela moralidade. Meireles (1994) e Marques (1970) discutiram em seus escritos sobre o período da reorganização da província, que para além das instituições da saúde, as ordenações religiosas e irmandades que aportaram em São Luís se consolidaram não somente como espaços de devoção popular, mas como disputa do poder e protagonismos na *educação do povo*.

No Maranhão Imperial, essas articulações públicas e institucionais eram propostas como assistência e proteção da infância pobre. Acompanhados dos discursos de regeneração social, a fundação e manutenção de espaços para recolhimento, higiene e educação das crianças, eram práticas fundamentais para a sociedade que se autoproclamava moderna e civilizada. As instituições de educação, de saúde e de segurança social desenvolveram discursos que garantiram legitimidade às práticas de sequestro e controle de parcela da população em uma sociedade que queria se ver livre dos incômodos vindos da periferia das cidades e da zona rural do Estado. Institutos, casas, orfanatos e recolhimentos foram sendo criados e a Província via um território promissor se erguendo, ao passo que estas instituições se tornaram espaços potencializadores da desigualdade social (GONDRA e SCHUELER, 2008).

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão<sup>2</sup>, de acordo com os livros de receitas e despesas da instituição, mantinha o poder majoritário sobre os principais espaços de assistência pública da cidade (COE, 2012). As inúmeras propriedades e imóveis da Irmandade funcionavam por meio de regulamentos aprovados em Assembleia Provincial e eram inspecionados periodicamente para observação das ações realizadas com os investimentos feitos nas instituições.

O Provedor e Mesarios da Santa Caza da Misericordia, tendo aberto o receptáculo para os Expostos no dia 1º do corrente Dezembro, rogão ás pessoas que se quiserem encarregar da criação dos recém-nascidos que forem expostos, se dirijão ao Inspetor do Hospital da mesma Santa Casa Manoel Antonio Rodrigues Valle morador na rua do Giz, para com ele tratarem a quantia que se lhe deve satisfazer por mez. O Procurador da Meza, Antonio Dias de Araujo Guimarães (JORNAL MINERVA, 1828, p. 4, grifo do autor).

O Hospital da Caridade, o Cemitério da Misericórdia e a Igreja de São José e São Pantaleão são exemplos de alguns dos espaços mantidos pela Irmandade para a oferta dos serviços assistenciais. Nessa lista, inclui-se a Casa da Roda dos Expostos, instituição de assistência às crianças enjeitadas, criada pela Irmandade em continuidade às ações caritativas que prestava à população desvalida.

## Assistência ou Governamentalidade: o abandono de crianças na Casa da Roda de Expostos em São Luís

A vida em sociedade estava marcada pelos extremos: enquanto crianças de famílias ricas eram preparadas para comporem a elite, sendo enviadas a estudarem em universidades brasileiras e europeias, outras milhares de crianças das classes subalternas e órfãs eram entregues a instituições de caridade, asilos, recolhimentos e casas de educação. Essas práticas com as crianças pobres existiam para conter o infanticídio que proliferava na Província e também para dar a segunda oportunidade às mulheres *desonradas*, ou seja, grávidas e solteiras. Mulheres da elite e mães-escravas, que sofriam abusos, estupros e outras coerções masculinas, também eram obrigadas a abandonar seus filhos.

---

<sup>2</sup> A Irmandade da Misericórdia foi a instituição, em São Luís, que mais agregou bens imóveis, como hospitais, cemitérios, abrigos a crianças e inúmeras casas alugadas para atividades religiosas. Era composta por leigos cristãos da elite maranhense, que em reuniões periódicas com a Presidência da Província, decidiam os rumos da educação das crianças que eram abandonadas na Roda dos Expostos.

O condicionamento social da mulher era ainda mais flagrante em São Luís, com um falso moralismo que obrigava uma conduta ilibada e fiel das mulheres livres, enquanto tacitamente permitia o abuso sexual dos homens livres com as escravas. O controle sobre a conduta, a sexualidade, a religiosidade, a maternidade, representavam uma forte vigilância sobre o corpo e a alma da mulher (ABRANTES, 2004, p. 3).

Ainda segundo Abrantes (2004), as mulheres pobres e desvalidas eram mais propensas a caírem na prostituição, na luta pela sobrevivência e pela falta de amparo e proteção das políticas públicas, sendo sempre que possível recolhidas em asilos para educá-las conforme a moralidade cristã. Essa era uma situação que alavancava o número de crianças expostas nas Casas mantidas pela *caridade* da Irmandade da Santa Casa e que servia para “aliviar a consciência de uma sociedade envergonhada e ameaçada com a sua presença” (RIZZINI, 1993, p. 26).

O abandono das crianças ocorria de forma diferenciada e escancarava a miséria em que viviam na periferia de São Luís. Entregues nas portas das casas, deixadas nas ruas ou em instituições, evidencia-se nos documentos entregues aos mordomos da Casa da Roda dos Expostos o desespero da mulher que não conseguia criar seus filhos.

Devolvendo a V. Ex<sup>a</sup> o requerimento junto de João Vidal de Souza, que pede a V. Ex<sup>a</sup> a graça de ordenar que seja recolhido à Santa Casa de Misericórdia um inocente, que no dia 7 do corrente fora exposto em sua caza. Cumprir-me infomar a V. Ex<sup>a</sup> que pode o Supp. ser favoravelmente deferido (OFÍCIO DO MORDOMO DA CASA DOS EXPOSTOS, 1863, p 1).

Outros casos de abandono evidenciavam os maus tratos às meninas, que, em meio às exigências da moralidade cristã difundida pela Igreja, sofriam maior vigilância. Com base nisso, “as meninas pobres, ou cresciam na ignorância ou eram recebidas em algum recolhimento ou asilo, onde ficavam sob os cuidados de senhoras incapazes de as educarem, algumas dessas mestras mal sabendo ler, escrever e contar” (ABRANTES, 2004, p. 4). Os meninos eram preparados para assumirem postos de trabalho logo cedo, enviados às Casas dos Educandos Artificies ou dos Aprendizes Marinheiros.

Nas falas dos administradores públicos, modernizar o espaço público e construir uma cultura letrada perpassava pelo controle das doenças e dos maus costumes. Retirar as crianças do incômodo social era objetivo instituído nas legislações maranhenses, enquanto dispositivos de uma verdade proclamada, como pode ser percebido no “Art.21 - Logo que os meninos expostos completarem a idade de sete anos, serão mandados para a Casa dos Educandos desta cidade, onde serão

alimentados à custa da Santa Casa de Misericórdia” (COLLECÇÃO DE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO, 1843, p. 17).

Após serem abandonadas na Roda dos Expostos, as crianças eram encaminhadas logo às amas de leite, mercenárias em sua maioria, que se responsabilizavam pelos cuidados dos expostos até completarem 3 anos de idade. A Santa Casa pagava pelos serviços das amas e acompanhava a sobrevivência dos expostos durante o período de amamentação. Algumas amas, que se afeiçoavam aos bebês, chegavam a pedir a adoção dos mesmos. Moreno (2010) afirma ser um tempo de grande “circulação infantil [...] [quando] crianças e jovens circulavam em diferentes arranjos familiares” (p. 104).

A rotina das crianças na Casa da Roda dos Expostos, incluindo as que recebiam a educação das amas, foi regulamentada pela Mesa Administrativa da Irmandade, no dia 29 de abril de 1832, e organizada como um lugar não somente para recolhimento, mas também como instituição educativa, com caráter de Asilo, que “sempre buscaram dar um destino a suas crianças, procurando colocar meninos e meninas em casas de famílias ou, então, prepará-los para assumir suas próprias vidas, por meio da profissionalização” (MARCÍLIO, 1998, p. 163). Os dados apresentados em relatório escrito por uma Comissão de Inspeção da Santa Casa mostram os arranjos administrativos para o governo da infância abandonada.

Passando à Casa dos Expostos entende-se haver regularidade no tratamento destes. Conferiu-se o inventário de 20 de junho e não se achando senão insignificantes alterações, julgou-se desnecessária a sua reforma. Sendo conhecida pela Meza a necessidade que há de assoalhar-se ao menos hum quarto do dito estabelecimento, desnecessário se torna que a Comissão se ocupe em demonstra-la (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DA SANTA CASA, 1843, p. 1).

A Casa da Roda dos Expostos, segundo Marques (1970), foi um dos serviços que declinou com a retirada do governo provincial nas despesas com os meninos abandonados, pois “a Santa Casa da Misericórdia, que por se ver tão sobrecarregada não pode dar-lhe o desenvolvimento que desejava”. Cesar Augusto Marques, que fora Mordomo da Casa entre os anos de 1869 e 1870, lamentava que aquele serviço prestado em edifício bem estruturado, passasse a funcionar “numa casa, sem as precisas acomodações e muito arruinada junto a Igreja de São Pantaleão, ou melhor, por detrás e ao lado da igreja, no mesmo edifício” (MARQUES, 1970, p. 272). Segundo registros no arquivo da Igreja de São Pantaleão, o ano de início da Casa da Roda dos Expostos no prédio anexo à própria instituição foi em 1891, quando a Irmandade



convidaria as Filhas de Santana<sup>3</sup> para conduzirem os trabalhos no estabelecimento. Essa Casa funcionou até o ano de 1942, quando a Santa Casa decidiu encerrá-la.

O Asilo de Santa Teresa, criado em 1855, amparou as meninas desvalidas, com atenção especial às órfãs desamparadas e às expostas da Santa Casa. O asilo serviria para evitar mortes prematuras, o desvio das condutas cristãs, a desmoralização e a prostituição. A instituição recebia grandes contribuições financeiras dos presidentes da Província, o que demonstrava a preocupação da elite local com a educação das meninas desamparadas. A grande polêmica do século XIX, sobre essa instituição, era a não aceitação das meninas expostas, como requiritava o regulamento. Isso fez com que os presidentes posteriores criassem novos decretos para confirmarem a importância das meninas oriundas da Casa da Roda dos Expostos da Santa Casa serem educadas junto às outras órfãs, oriundas de famílias legítimas (COE, 2012).

A educação que recebiam preparavam-nas para o casamento, aprendendo diversas atividades domésticas, além da doutrina cristã, pois deveriam ter vida regrada nos padrões da moralidade para a formação de esposas obedientes. Na formação das meninas, o plano de estudos incluía: “1º - à doutrina cristã e deveres morais, leitura, princípios gerais de gramática, escrita e aritmética de frações; 2º - a trabalhos de agulha; 3º - à prática de trabalhos de economia doméstica, como cozinhar, lavar, engomar” (COLLECÇÃO DE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO, 1869, p. 43).

Com o passar do tempo, as asiladas foram transferidas para o Recolhimento de N. Sra. da Anunciação e Remédios, para que se efetivasse a extinção do asilo, sob alegação de altos custos para poucas meninas. Contudo, segundo Marques (1970), os motivos eram outros, mais preocupantes:

É conveniente às asiladas, porque deixam de habitar uma casa pequena para o número delas, sem ventilação alguma pelo do sul e norte, e com muito pouca pelos outros dois lados, vendo-se forçadas a dormirem umas aconchegadas às outras, quer no chão, quer em redes sobrepostas umas às outras, em pequenos quartos muito quentes, sem renovação do ar, e por isso insalubres e prejudiciais, mormente nas primeiras idades da vida, para irem residir no vasto e suntuoso edifício que S. Exa. Revma. Está mandando construir no Recolhimento de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Anunciação e Remédios (p. 154).

Com a República, essas instituições foram fechadas e lugares como institutos de educação e de assistência assumiram a causa das crianças abandonadas no Maranhão.

---

<sup>3</sup> Ordem religiosa italiana, que prestava serviços de assistência no Pará.

Na pesquisa realizada, percebe-se que práticas e relações de poder estavam presentes na atuação das instituições religiosas no Império por meio de sua rede assistencial, exercida no Maranhão pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia para a institucionalização da infância, e que era caracterizada pela sujeição aos mecanismos de disciplinarização. As crianças, que em sua fragilidade eram condicionadas aos ditames de uma sociedade que as via como um problema, sofriam no silêncio de uma história, que não foi ouvida e nem contada.

## Considerações finais

Na história do Maranhão, encontramos inúmeros indícios da forma como as crianças eram desconsideradas nas políticas assistenciais, no que se refere a sua legítima proteção e cuidado. Escancaram-se as portas dos arquivos, quebram-se os silêncios e evidencia-se uma infância sem história para contar, já que as fontes oficiais corroboram com a falácia vigente no Maranhão oitocentista, de uma província em ascensão. As crianças tiveram suas histórias anunciadas pelos adultos que as viam como corpos expostos, enfeitados, desvalidos, nunca como sujeitos que se constituíam na história do Maranhão e que suas infâncias foram roubadas.

No oitocentos, a marca dos discursos como práticas civilizatórias e educativas, traçou os caminhos tomados como *iluminados*, no sentido das falas e atuações dos governos e das pessoas. Assim, conformar as pessoas constantemente sobre suas condições reais de vida tornou a cidade para poucos. As crianças, que em seu tempo geracional já eram tratadas como incapazes, foram imobilizadas em sua própria cultura, em seu modo de perceber o lugar em que eram concebidas.

Nos percursos de uma pesquisa, nos defrontamos com certas dificuldades que podem afetar a construção das interpretações como a falta de repertórios sobre a temática. Entrecruzar fontes bibliográficas e documentais foi um caminho escolhido para estabelecer relações de proximidade com o objeto em investigação. Pesquisar as instituições na história da educação das crianças no Maranhão é estabelecer correlações com os materiais, tempos, espaços e modelos educativos que se apresentavam. Com relação a Roda dos Expostos, um trabalho laborioso de levantamento de fontes oficiais, impressos e papéis avulsos tem contribuído para construir uma trajetória de pesquisa. Nesse propósito, as investigações sobre institucionalização infantil no Maranhão vêm preencher uma lacuna no campo da história da educação, pois ainda são poucos os trabalhos sobre essa temática no contexto do século XIX.

## Referências

ABRANTES, E. S. A educação feminina em São Luís (século XIX). In: COSTA, W. C. da (Org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004.

A ESTRELA DA TARDE, 1857. [Disponível no Acervo dos jornais da Biblioteca Pública Benedito Leite].

A FIDELIDADE MARANHENSE, 1826. [Disponível no Acervo dos jornais da Biblioteca Pública Benedito Leite].

COE, A. J. H. O Cuidado em tempos de crise: a Santa Casa da Misericórdia de São Luís e seu papel assistencial na segunda metade do século XIX (1850-1890). In: Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da história: ver-sentir-narrar, 6, Teresina. **Anais...** Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012.

COLLECÇÃO DE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO. **Lei nº 14**, 1835. [Disponível no Acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão].

COLLECÇÃO DE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO. **Lei nº 148**, 1843. [Disponível no Acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão].

COLLECÇÃO DE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO. **Lei nº 787**, 1869. [Disponível no Acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão].

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 1996.

GALVES, M. C. Os “republicanos” do Maranhão: independência, confederação do Equador e a construção do Estado Imperial. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Orgs.). **O Maranhão Oitocentista**. Imperatriz: Ética. São Luís: Editora UEMA, 2009.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

JORNAL MINERVA, 1828. [Disponível no Acervo dos jornais da Biblioteca Pública Benedito Leite].

LACROIX, M. de L. L. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 2. ed. São Paulo: Lithograf, 2002.

LACROIX, M. de L. L. **São Luís, Corpo e Alma**. 2. ed. São Luís: edição da autora, 2020.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARQUES, C. A. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3. ed. São Luís: AML, 1970.

MEIRELES, M. M. **Dez estudos históricos**. São Luís: ALUMAR, 1994.

MORENO, A. Z. Na roda da vida: os filhos de criação em São Paulo colonial. In: VENANCIO, R. P. (Org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010.

## Infâncias e Juventudes em contextos educacionais no Brasil

*A Casa dos Expostos: discursos e práticas de assistência à infância na província do Maranhão (1830-1870)*

DOI: 10.23899/9786589284123.61

OFÍCIO DO MORDOMO DA CASA DOS EXPOSTOS. 1863. [Disponível no Acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão].

O INVESTIGADOR MARANHENSE, 1836. [Disponível no Acervo dos jornais da Biblioteca Pública Benedito Leite].

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DA SANTA CASA. 1843. [Disponível no Acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão].

RIZZINI, I. **História da assistência no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.